

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ESTUDO DA REALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Mariana Soares da Silva Santana 1,
João Roberto Resende Ferreira 2**

1 Mestranda do curso de Pós-Graduação Intesdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da
Universidade Estadual de Goiás – Câmpus de Ciências Sócio-econômicas e Humanas de Anápolis.

2 Professor Doutor do curso de Pós-Graduação Intesdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias
da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus de Ciências Sócio-econômicas e Humanas de Anápolis -
Orientador.

Introdução (Problemática e Objetivos)

O objetivo central desta pesquisa é analisar como as políticas públicas implantadas a partir de 1990, têm modificado as práticas pedagógicas atuais nas Instituições de Educação Infantil em Goiânia. Trata-se de contribuir com as discussões relativas ao tema da Educação Infantil, que nos últimos vinte anos constituem um assunto de real significado e necessidade para a população, principalmente a classe trabalhadora, uma vez que as crianças, passaram a ter esse direito garantido de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, (LDB). Com a lei, ficou estabelecida a responsabilidade do Estado, em Regime de Colaboração, oferecer e assegurar a formação e atendimento básico comum a todas as crianças de 0 a 6 anos, com o objetivo do desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Frente a isso, o problema central dessa pesquisa é: como as políticas públicas implantadas a partir de 1990, têm modificado as práticas pedagógicas atuais nas Instituições de Educação Infantil em Goiânia e como está a sua realidade?

A justificativa para o trabalho se dá em primeiro lugar a experiência de estágio supervisionado obrigatório na Educação Infantil, parte integrante da matriz curricular do curso de Pedagogia da UEG/CCSEH¹, realizado no ano de 2013 e os textos e teorias estudadas, sobre a primeira etapa da educação básica oferecida às crianças que, a partir dos anos de 1980, através da luta dos trabalhadores por direitos, que foi tendo conquistas cada vez maiores e sendo garantidas pelas políticas públicas, em especial pela Constituição brasileira.

Em segundo lugar está a necessidade de investigar os espaços e práticas onde a Educação Infantil se realiza com o objetivo de compreender como a Educação Infantil, a fim

¹ Universidade Estadual de Goiás/Câmpus de Ciências Sócio-econômicas e Humanas de Anápolis.

de proporcionar melhores entendimentos sobre esse espaço de vivência e formação inicial das crianças que vem ganhando destaque devido suas funções importantes quanto à socialização, compartilhamento de momentos significativos e de construção de aprendizados sobre a vida e interações.

Em terceiro lugar, a razão de investigar como a lei tem influenciado a prática pedagógica. De acordo com Paschoal e Machado (2009), apesar dos inúmeros avanços tecnológicos, bem como a contribuição das ciências ao longo dos anos e o avanço significativo da legislação brasileira no que diz respeito ao direito da criança à educação desde o nascimento, a realidade denuncia um grande descompasso entre o discurso da lei e o cotidiano de muitas escolas infantis.

Ao se tratar dos objetivos da pesquisa, temos como geral conhecer e analisar o contexto histórico das Políticas Públicas da Educação Infantil Brasileira em consonância com sua Realidade. Os específicos são: 1) realizar uma contextualização histórica sobre as transformações capitalistas (reestruturação produtiva e a luta dos trabalhadores pelo direito à educação infantil) e as políticas públicas da Educação Infantil (EI), Constituição Federal, LDB e Diretrizes; 2) Pesquisar sobre as práticas pedagógicas da EI, a partir dos anos de 1980 com o fim da ditadura militar, o processo de democratização; 3) Analisar como se deu a implementação dos Centros Municipais de EI em Goiânia e como está a sua Realidade.

De acordo com Nunes e Corsino (2009), em tempos recentes na área da Educação vem sendo destacado a importância, assim como também um crescente investimento público, na Educação Infantil que surgiu primeiramente com a necessidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho, emergindo dessa forma a necessidade de instituições responsáveis que cuidassem das crianças dos lares familiares que estão se transformando de forma cada vez mais veloz.

Referencial Teórico

Do ponto de vista oficial no Brasil os direitos das crianças, principalmente na educação brasileira, são garantidos: a Constituição Federal de 1988 - em seu artigo 208, inciso IV que diz ser dever do Estado para com a educação a efetivação mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade; Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, que regulamenta o art. 227 da Constituição Federal inserindo as crianças no mundo dos direitos humanos, em seu art. 3º em que a criança e o adolescente

devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, desse modo tendo acesso às oportunidades como desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade; Política Nacional de Educação Infantil (1994); Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil (1998) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998).

“A contemporaneidade ativou a industrialização, a reorganização urbana, os movimentos de classes sociais, por ser a época dos direitos tanto do seu reconhecimento teórico quanto da sua afirmação prática” (AQUINO, 2011, p. 76). Assim, as mudanças superam o ideário pedagógico e materializam-se na criação de instituições escolares, que estampam, nas suntuosas edificações, o lugar e o modo de educar o sujeito da sociedade industrializada, tratando da recomposição de um novo cenário no palco social. A escola, dessa forma, teria o papel de educar o novo sujeito social, que deveria estar apto a enfrentar os desafios de uma sociedade em constante progresso de industrialização e intenso processo de urbanização.

De acordo com Paschoal e Machado (2009), a consolidação da educação infantil só aconteceu nas últimas décadas, em função dos movimentos sociais de luta e reivindicação pelos direitos humanos, dentre eles, o direito de todas as pessoas a uma educação de qualidade desde a mais tenra idade. As duas últimas décadas significaram um tempo de conquistas sobre os direitos da criança brasileira, a opção da família em dividir a educação com os filhos e o dever do Estado na garantia de todos esses direitos.

De acordo com Oliveira (2008), é na educação infantil que a maioria de nossas crianças terá o seu primeiro contato com uma educação formal, que pretende complementar a educação recebida no seio familiar e na sociedade. Trata-se do segundo espaço de socialização do ser humano. Por isso, esse nível de educação requer profissionais competentes que possuam as habilidades necessárias para lidar com as especificidades dessa faixa etária. É nessa fase inicial da educação que ocorrem influências determinantes na personalidade da criança e que podem marcá-la positiva ou negativamente para o resto de sua vida. “O exposto configura a necessidade urgente de se pensar sobre a formação e atuação dos profissionais da educação infantil, tanto em termos de docência quanto de gestão” (p.54).

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa será utilizado a abordagem qualitativa. Esse tipo de metodologia se justifica por ser um estudo que busca conhecer a instituição como espaço social. De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa trata de questões muito

particulares, se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, e ainda, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantificáveis.

Martins (2004) explica que metodologia é entendida como conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando sobre os limites e possibilidades e trata-se de maneiras de se fazer ciência. A metodologia é uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa e que, nela toda questão técnica implica uma discussão teórica.

Sendo assim, os procedimentos previstos a serem desenvolvidos durante a pesquisa incluem: realização de observações em uma Instituição de Educação Infantil na cidade de Goiânia, construção de protocolos de registros, pesquisas referentes aos dados sobre a realidade da Educação Infantil no município de Goiânia bem como se deu a implementação dos Centros Municipais de Educação Infantil, revisão bibliográfica dos textos e autores que possuem relação com o assunto e tema tratado bem como com o contexto histórico e político.

Resultados e Discussões

Com o desenvolvimento desse trabalho envolvendo estudos e reflexões, pretende-se fazer uma abordagem de conteúdos, documentos e autores que tratam o assunto referente à Educação Infantil, suas políticas públicas, relacionando o que já foi alcançado bem como o que pode vir a ser desenvolvido e verificar por meio da pesquisa empírica se o que está sendo colocado em prática condiz com o que a legislação estabelece, e mais, como está a distribuição de vagas e o acesso para as crianças e famílias que possuem interesse a esta etapa da educação básica.

Sendo necessário ainda, organizar ideias, dados, possibilidades, teorias e pensamentos sobre as conquistas e desenvolvimentos em que essa etapa do ensino vem se destacando e ocupando, de modo que esta, cada vez mais, se posiciona ocupando papel importante para a formação de crianças.

Conclusão

Com a intenção de realizar uma contextualização histórica para compreender como se desenvolveu a necessidade de espaços e instituições para a infância, pretende-se desenvolver um trabalho e reflexões teóricas que possam contribuir para a valorização da educação infantil brasileira, etapa da educação básica constituinte e de decisiva importância na formação da personalidade das crianças.

Já percebendo a necessidade a partir da modernização, no século XVII, com o surgimento das indústrias e as mulheres ingressando no mercado de trabalho, hoje a necessidade e a importância da oferta dessa etapa da educação básica se devem não só as necessidades assistencialistas, mas em âmbitos como, o educar, cuidar, construção de conhecimentos de mundo; de uma educação que faça o indivíduo se perceber no mundo e ver significado. De o conhecimento ser construído em ambientes coletivos, em que as mediações e práticas pedagógicas ocorram numa perspectiva de inovação, incluindo uma didática onde as crianças despertem sentidos e autonomias para seus pensamentos.

Referências

- AQUINO, Luciene Chaves de. Concepções de Infância: um breve histórico da educação infantil geral e brasileira. In: BARBOSA, Rita Cristina; AFONSO, Maria Aparecida Valentim. (Orgs.). *Educação Infantil: das práticas pedagógicas às políticas públicas*. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2011. P. 69 – 91.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil*. Coordenação Geral de Educação Infantil, v. 1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998b.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. *Política nacional de educação infantil*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Sousa Martins. *Metodologia qualitativa de Pesquisa*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em 07 de março de 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MYNAYO, Maria Cecília de Sousa. (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. P. 9 – 29.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e Descoberta. In: DESLANDES, Suelly Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. P. 61 – 77.
- NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia. A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios. In: CORSINO, Patrícia. (Orgs.). *Educação Infantil: cotidiano e políticas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. P. 16 – 32.
- OLIVEIRA, Maria Izete de. *Educação infantil: legislação e prática pedagógica*. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 27, p. 53-70, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149752008000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22 abril de 2017.
- PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. *A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios dessa Modalidade Educacional*. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT14092013163751.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2017.